

Adiado.

Em Lisboa de 14 de Agosto.

Registado



A Comissão de Agricultura examinou o requerimento de Joaquim Manoel de Barros Cardoso de sua mulher D. Antonia Margarida de Barros Falcão, D. Monica Borges de Azevedo, Bento Borges, Antonio Teixeira Montezinho, e Antonio Voz de Barros Cardoso: este Barão da Freguesia do Castelo, e aquelles Moradores do lugar de Côtas: os quaes todos pedem ao Soberano Congresso a graça de declararem incluídos no risco da demarcação da Feitoria as suas quintas de que faz menção a petição junta.

Alega-se que as mesmas quintas estão comprehendidas no sobredito risco, mas que pelo dolo, malicia e prepotencia do Commissario Manoel Pinto de Almeida antecessor do actual, não poderão nunca obter assento no Livro dos arrolamentos de Feitoria, de que he tem resultado perdas incalculaveis, e vorem-se excluidos de venderem seus vinhos para o mercado da Inglaterra, não obstante serem estes de excellente qualidade.

Comprova-se quanto alega-se com documentos legaes, que são attestados da Camara, e do presente Commissario da Companhia, ajuntando tambem mappa por vandidicos, em que se ve a incruvação das mencionadas quintas.

Examinou mais a Commissão outro requerimento de Francisco Xavier da Silva Cardoso de Mendonça Pereira e Fonceca Capitão-Mor de Armamar, e natural de Aldea de cima, o qual pede a mesma graça e alega razoes semelhantes, comprovando tão bem legalmente o seu alegado, com humas justificações autenticas.

Parece á Commissão que todos os Supplicantes tem muita justiça, e que não tendo outro fim o risco da demarcação de Feitoria do que o de estrear os vinhos bons dos de inferior qualidade, devem suas quintas serem arroladas para a dita Feitoria visto ~~que~~ <sup>mas</sup> que os vinhos que produzem são bons, e de mais a mais as mesmas quintas se achão incruvadas na demarcação primordial, e subsidiaria.

Toda via porém parece á mesma Commissão, que antes de interpor o seu parecer definitivo, se deve mandar informar o Corregedor de Vila Real e de Bragança, ouvidos estes as Camaras respectivas, os Commissarios do distrito, e algunos lavradores vizinhos, e que depois todos estes informes devam subir a este Soberano Congresso para se julgar se tem ou não lugar a graça pedida, e por tanto se devem remetter as petições juntas ao Governo para que mande tirar as ditas informações com a maior brevidade possivel, para se de

Liberar e decedir este negocio antes da proxima futura colheita.

Sala das Cortes 29 de Julho de 1821

Antonio Lobo de Barboza Ferraz de Alencar Coutinho.

Francisco Joazez Franco.

Francisco Antonio d'Almeida Moura Pimenta

Francisco de Lemos Bettencourt.

Pedro Toralopez de Almeida

